

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM

RENATA MIRANDA MENDES

**AÇÕES EDUCATIVAS DO NUTRICIONISTA NO ÂMBITO ESCOLAR:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

BELO HORIZONTE

2014

RENATA MIRANDA MENDES

AÇÕES EDUCATIVAS DO NUTRICIONISTA NO ÂMBITO ESCOLAR

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde, para a obtenção do título de Especialista em Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde.

Orientador: Prof. Fernando Ribeiro Andrade.

BELO HORIZONTE

2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFMG

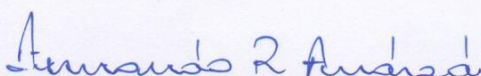
MENDES, RENATA MIRANDA
AÇÕES EDUCATIVAS DO NUTRICIONISTA NO ÂMBITO ESCOLAR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA [manuscrito] / RENATA MIRANDA MENDES. - 2014.
50 f.
Orientador: Fernando Ribeiro Andrade.
Monografia apresentada ao curso de Especialização em Formação de Educadores em Saúde - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem, para obtenção do título de Especialista em Formação Pedagógica para Profissionais da Saúde.
1.Educação Alimentar e Nutricional. 2.Hábitos Alimentares. 3.Alimentação Escolar. 4.Promoção da Saúde. I.Andrade, Fernando Ribeiro. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. III.Título.

Renata Miranda Mendes

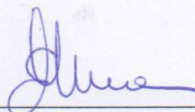
AÇÕES EDUCATIVAS DO NUTRICIONISTA NO AMBITO ESCOLAR

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização de Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do Certificado de Especialista.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Fernando Ribeiro de Andrade (orientador)



Profa. Sônia Maria Nunes Viana

Data de aprovação: 30/05/2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e por todas as oportunidades colocadas diante de mim, por me dar força para finalizar mais uma etapa de conhecimento.

À minha mãe e ao meu pai pelo amor enorme que tem por mim e por me entenderem quando eu não estava bem; Mãe e pai eu amo demais vocês. Obrigada pelo incentivo, orações, apoio, conforto, força, dedicação, renúncias. Tudo o que sou e tenho devo a senhora e ao senhor.

As minhas irmãs Mona, Tá, Lá que sempre estiveram ao meu lado; Obrigada manas pela compreensão, amor, carinho e apoio.

Aos meus pequenos sobrinhos e grandes amores que alegam os meus dias e me fazem acreditar que dias melhores virão.

Ao meu namorado que está sempre presente, vendo meus apertos e lágrimas e tendo a maior paciência do mundo comigo. Obrigado por pelo apoio, conselhos e força.

Aos meus avôs que amo tanto e que torcem por mim, Diva Cotta e José Cimini e Maria Mendes e José Mendes.

A minha segunda família que sempre me acolheu e sei que sempre me acolherá em Governador Valadares quando eu precisar, Ana, Tininho, Hilda, Amanda, Luiz, Luiz Augusto e Arthur. Agradeço por ter a honra de ter conhecido vocês.

AMO MUITO VOCÊS

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo descrever as ações educativas nutricionais no âmbito escolar, uma vez que a escola é espaço de grande relevância para promoção da saúde, principalmente quando exerce papel fundamental na formação do cidadão crítico, estimulando a autonomia, o exercício de direitos e deveres, o controle das condições de saúde e qualidade de vida, com opção por atitudes mais saudáveis. As iniciativas de promoção da saúde escolar constituem ações efetivas para a consecução dos objetivos citados. Desta forma, tem se discutido muito à respeito do tema, “a importância da educação alimentar e nutricional para a promoção da saúde por meio da formação de hábitos alimentares saudáveis”, bem como, a escolha do ambiente escolar como privilegiado para esse fim. Nesse sentido, foi feita uma revisão bibliográfica, propondo o início de uma discussão sobre a promoção de hábitos alimentares saudáveis no âmbito escolar, através da inserção da educação nutricional no contexto escolar. Portanto, salienta-se a necessidade da inserção da educação nutricional desde a infância no ambiente escolar, com difusão destes conhecimentos para uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional – Hábitos Alimentares – Alimentação Escolar – Promoção da Saúde.

ABSTRACT

This study aimed to describe the nutritional educational activities in the school, since the school is a space of great relevance for health promotion, especially when plays a fundamental role in the formation of critical citizens, encouraging autonomy, rights exercise and duties, control of health and quality of life, with an option for healthier attitudes. The school health promotion initiatives are effective actions to achieve the above objectives. Thus, it has been discussed a lot about the subject, "the importance of food and nutrition education for health promotion through the development of healthy eating habits," as well as the choice of school as a privileged environment for this purpose. In this sense, a literature review was made, suggesting the start of a discussion on the promotion of healthy eating habits in schools, through the insertion of nutrition education in the school context. Therefore stresses the need of inclusion of nutrition education from childhood in the school environment, with dissemination of knowledge for a better quality of life.

Keywords: Food and Nutrition Education - Eating Habits - School Nutrition - Health Promotion

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 JUSTIFICATIVA.....	13
3 OBJETIVOS.....	14
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	15
5 A RELEVÂNCIA DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM NUTRIÇÃO.....	17
6 O NUTRICIONISTA NO AMBIENTE ESCOLAR.....	20
7 A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS.....	22
8 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO ÂMBITO ESCOLAR.....	24
9 AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA DAS CRIANÇAS ASSISTIDAS NA REDE DE ENSINO.....	29
10 RESULTADOS.....	32
11 DISCUSSÃO.....	41
12 CONCLUSÃO.....	44
13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

A escola se apresenta como um espaço privilegiado para a promoção da saúde, pois é um local onde muitas pessoas passam grande parte do seu tempo, vivem, aprendem e trabalham. É o ambiente de ensino, que articula de forma dinâmica com alunos e familiares, professores, funcionários técnico-administrativos e profissionais de saúde, proporcionando dessa forma as condições para desenvolver atividades que reforçam a capacidade da escola de se transformar em um local favorável à convivência saudável, ao desenvolvimento psicoafetivo, ao aprendizado e ao trabalho de todos os envolvidos nesse processo, pois é nessa fase que a criança sai do convívio familiar e entra no ambiente escolar, onde experimentará novos alimentos e sofrerá influência do grupo social e estímulos presentes no sistema educacional (R.T.C. YOKOTA *et al.* 2010) e (RAMOS *et al.*, 2013).

O ambiente escolar é um espaço de ensino-aprendizagem, no qual se adquirem valores fundamentais e a infância é a fase em que a criança apresenta importantes aspectos para a formação de hábitos alimentares saudáveis e práticas comportamentais em geral (GONÇALVES, *et al.* 2008) e (R.T.C. YOKOTA *et al.* 2010).

Promover saúde no âmbito escolar segundo a Organização Pan-americana de Saúde - OPS (1995) parte de uma visão integral e multidisciplinar do ser humano, no qual considera as pessoas em seu contexto familiar, comunitário, social e ambiental, ou seja, saúde consiste em proporcionar à população condições necessárias para a manutenção da saúde. (GONÇALVES, *et al.* 2008).

A saúde no espaço escolar é concebida como um ambiente de vida da comunidade, cujo objetivo da ação é o desenvolvimento do educando, como expressão de saúde, tendo como base uma prática pedagógica participativa e transformadora (GONÇALVES *et al.*, 2008).

Saúde é um termo complexo, pois para se ter saúde precisamos de um ambiente saudável, direito a alimentação adequada, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (BRASIL, 1988). Ter saúde é reunir condições de estudar adequadamente, ter equilíbrio emocional e físico, conviver e socializar (BRASIL, 2013).

A alimentação tem grande influência sobre a saúde das pessoas, pois é através do alimento que o indivíduo recebe todos os nutrientes necessários para a manutenção da vida, garantindo assim prevenção, promoção e recuperação da saúde (BOOG, 2008).

Segundo (R.T.C. YOKOTA *et al.*, 2010) promover a alimentação saudável no ambiente escolar parte de uma visão integral e multidisciplinar do ser humano, que considera as pessoas, principalmente o escolar, em seu contexto familiar, comunitário e social. Desta forma desenvolve conhecimentos, habilidades e destrezas para o auto-cuidado da saúde, prevenindo assim condutas de risco em todas as oportunidades educativas. Além disso gera uma análise crítica e reflexiva sobre os valores, as condutas, as condições sociais e estilos de vida.

Para o desenvolvimento de programas de Promoção e Educação em Saúde de amplo alcance e repercussão, a escola é o lugar ideal, pois ela exerce uma grande influência sobre seus alunos nas etapas formativas e mais importantes de suas vidas (M.L.G. BIZZO & L. LEDER, 2005).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), oferta alimentação escolar e realiza ações de educação alimentar e nutricional, contribuindo desta forma para o crescimento, o desenvolvimento biopsicossocial, para a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis (PEIXINHO *et al.*, 2011).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atende os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros (PEIXINHO, 2013).

O PNAE é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado, nas quais as atividades educativas em nutrição podem ocorrer, contribuindo dessa forma para a promoção da saúde e possibilitando a construção de conhecimentos pela criança no ambiente escolar (PEIXINHO *et al.*, 2011).

A criança quando inserida no ambiente familiar, começa a formar e internalizar os padrões de comportamento alimentar, em relação a escolhas, quantidades, horário e o ambiente das refeições, esse processo se inicia nesta fase e se estende por toda a vida (R.T.C. YOKOTA *et al.*, 2010).

É relevante no ambiente escolar estimular as crianças no consumo de alimentos saudáveis e não comercializar alimentos ricos em gorduras, açúcares, salgados, enlatados,

conservas e outros que são prejudiciais a saúde, evidências indicam que a disponibilidade de alimentos em lanchonetes influencia hábitos alimentares incorretos, manipular, preparar e provar alimentos pode estimular seu consumo. Gostar de frutas e legumes é, logicamente, um fator mais relevante de determinação do consumo de tais alimentos entre escolares do que a ingestão por parte de seus pais. Os profissionais inseridos no ambiente escolar como: os professores, cantineiras, nutricionistas, colegas de similar faixa etária das crianças e outros têm um papel fundamental, pois estimula à aceitação de alimentos no ambiente escolar, quando o professor ou outros consomem os alimentos fornecidos pela alimentação escolar, expressando satisfação, ele serve de exemplo para outras crianças, estimulando-as a provar o alimento, que por sua vez estimulará outras crianças a experimentar a alimentação escolar. Oferecer opções de escolha dentro do mesmo grupo de alimentos, a exposição de alimentos saudáveis; o uso exploratório do olfato; a sobremesa como recompensa; diversas condições ambientais no refeitório; o oferecimento de alimentos novos estimula a aceitação da criança (M.L.G. BIZZO & L. LEDER, 2005).

As atividades educativas promotoras de saúde no ambiente escolar representam uma importante ferramenta, quando consideramos que pessoas bem informadas têm mais possibilidades de participar ativamente na promoção do seu bem-estar, pois o espaço educativo propicia o desenvolvimento de uma análise crítica e reflexiva (TEIXEIRA *et al.*, 2013).

No ato de cuidar do outro e de si mesmo, se exerce uma prática educativa, e com base nesse enfoque, é necessário considerar todas as áreas que envolvem práticas do cuidado infantil para que sejam integradas ao objetivo educativo. O processo educativo deve atender as necessidades reais das crianças, deve ser criativo e flexível, formando dessa forma um novo cidadão, com autonomia e cooperação. O agir pedagógico é realizado no ambiente familiar, na rua, nos grupos sociais e, também, na instituição de ensino a qual a criança esta inserida (WEISS & FOREST, 2003).

O nutricionista é o profissional que exerce a função de promoção da saúde nas escolas, por meio de atividades assistenciais e educativas relacionadas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, na qual faz a integração entre os profissionais no ambiente escolar. O nutricionista atua em situações nas quais existam interações entre o homem e o alimento (SANTOS *et al.* 2012).

A alimentação saudável constitui uma estratégia de saúde pública de fundamental importância para o enfrentamento de problemas alimentares e nutricionais, pois preveni doenças decorrentes de deficiências nutricionais (desnutrição, carências de vitamina A, de

ferro, distúrbios por carência de iodo e outras), reforça o sistema imunológico contra as doenças infecciosas, reduz à incidência do excesso de peso e conseqüentemente as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como obesidade, hipertensão, diabetes e câncer que vêm aumentando cada vez mais de forma precoce (COUTINHO *et al.*, 2008).

As mudanças nos hábitos alimentares e no estilo de vida da população têm contribuído para o crescente aumento na incidência das doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil e no mundo, a prevalência de obesidade tem aumentado em todos os segmentos sociais e nas diversas faixas etárias, atingindo também a população infantil, isso está ocorrendo em decorrência do elevado consumo de alimentos de alta densidade energética e da redução da prática de atividade física. A “transição nutricional” implica mudança no padrão alimentar “tradicional”, com base no consumo de grãos e cereais, que aos poucos está sendo substituído por um padrão alimentar com grandes quantidades de alimentos de origem animal, gorduras e açúcares, alimentos industrializados e relativamente pouca quantidade de carboidratos complexos, pobres em micronutrientes e fibras como os refrigerantes, lanches tipo *fast food*, balas, chocolates, frituras, sorvetes, entre outros (R.T.C. YOKOTA *et al.* 2010).

O estado nutricional representa uma importante informação sobre o status de saúde de uma população. Com o aumento na prevalência da obesidade e desnutrição nas crianças e adolescentes brasileiros, o ambiente escolar tem sido considerado o melhor espaço para realizar a avaliação nutricional e intervenções necessárias, pois é o local em que a criança é influenciada por professores e onde pelo menos uma das refeições do dia é consumida na escola (MORI *et al.*, 2007).

Segundo Toloni *et al.* (2014) o abandono precoce do aleitamento materno e a introdução de alimentos altamente calóricos desde o início da vida atuam de forma sinérgica na infância. É de primordial importância avaliar as práticas alimentares das crianças, em relação à relevância da composição da dieta infantil para a manutenção do estado nutricional adequado, sendo que a introdução alimentar inadequada pode antecipar doenças da fase adulta como hipertensão, diabetes tipo 2 ou aumentar o risco de doenças cardíacas, osteoporose e câncer.

De acordo com a ORGANIZACIÓN PANAMERICANA, as informações sobre os comportamentos identificados como fatores de risco para determinadas enfermidades, o desenvolvimento de atitudes pessoais que promovam a saúde e a conscientização sobre as causas econômicas e ambientais da saúde e da doença podem contribuir para organizar atividades pedagógicas, dirigidas a mudanças ambientais, econômicas e sociais, criando condições favoráveis à saúde (GONÇALVES *et al.* 2008).

A atuação do profissional nutricionista é necessária nas políticas de alimentação e nutrição, sendo o ambiente escolar um espaço apropriado para a propagação na formação de bons hábitos desde a infância, pois quando uma criança é educada quanto a uma alimentação correta, a análise das informações em rótulos de alimentos, bons hábitos de higiene, esta criança consegue ter uma postura diferenciada perante as situações da vida e isto contribuirá com sua qualidade de vida no futuro, formando adultos conscientes e prevenindo desta forma a obesidade, hipertensão e diabetes (COUTINHO *et al.* 2008).

O presente projeto tem como propósito apresentar as ações educativas do nutricionista no ambiente escolar a partir de estudos, promovendo desta forma, práticas alimentares saudáveis que reflita na vida não só das crianças atendidas no projeto como em todo o ambiente familiar, pois o espaço escolar é utilizado como foco irradiador de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde.

2 JUSTIFICATIVA

A atuação do nutricionista no ambiente escolar é necessária, devido à propagação na formação de bons hábitos alimentares desde a infância, através de suas práticas educativas.

O ato de comer está repleto de significados, e é muito mais do que somente satisfazer a fome e as necessidades nutricionais, as escolhas alimentares esta relacionada aos aspectos subjetivos como: gosto, prazer, valores, relações sociais, consumo, proibição de alguns alimentos e aos aspectos objetivos como: quantidade, renda e qualidade dos alimentos (CANINÉ & RIBEIRO, 2007).

Considerando que saúde é um completo bem estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças, tornam-se necessárias ações educativas do profissional nutricionista no âmbito escolar contribuindo de forma significativa para o pleno desenvolvimento biopsicosocial da criança, uma vez que a alimentação é crucial no desenvolvimento e aprimoramento das habilidades cognitivas, intelectuais e humanas (BRASIL, 2008).

3 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Apresentar as ações educativas do nutricionista no ambiente escolar e avaliar de que forma este profissional contribui para a prevenção, promoção e atenção à saúde das pessoas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever através da literatura as ações educativas do nutricionista no ambiente escolar;
- Apresentar de que forma este profissional contribui para a prevenção, promoção e atenção a saúde das pessoas;

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Tendo em vista a indagação que norteia o presente estudo Ações Educativas do Nutricionista no Ambiente Escolar, para composição do mesmo foi realizada uma revisão de literatura na modalidade de revisão integrativa. Pois de acordo com os princípios de (BEYA *et. al* 1998) a revisão integrativa tem o potencial de analisar minuciosamente fenômenos ao incluir estudos de diferentes abordagens. Quando concluído o estudo irá subsidiar o conhecimento sobre as ciências da saúde como aplicabilidade direta a prática clínica e conseqüentemente as políticas de saúde.

O presente estudo abordou uma revisão integrativa da literatura através de artigos publicados em português, inglês, artigos na íntegra que retratam a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados sobre: Ações Educativas do Nutricionista no Ambiente Escolar. A revisão integrativa permite ao leitor reconhecer os profissionais que mais investigam determinado assunto, separar o achado científico, de opiniões e idéias além de descrever conhecimento no seu estado atual, promovendo impacto sobre a prática clínica e no aprimoramento de competências e habilidades humanas.

Contudo foi realizada uma busca sistemática e exploratória a cerca do presente tema, a busca foi realizada com os seguintes descritores isolados ou em associação: ações educativas, nutricionista no âmbito escolar, abordagem pedagógica, educação alimentar, saúde na escola, promoção da saúde, atuação do nutricionista, saúde pública, educação nutricional, promoção hábitos alimentares saudáveis, Programa Nacional Alimentação Escolar – PNAE, alimentação saudável, programa saúde na escola, avaliação antropométrica, alimentação das crianças no ambiente escolar. O período de consulta se estabeleceu em 1998 a 2014.

A coleta de dados ocorreu através da pesquisa bibliográfica com as seguintes etapas: identificação do trabalho, autores, fonte, ano de publicação, objetivos, metodologia, conclusões de trabalho tendo o objetivo de responder a pergunta que norteia esta pesquisa “Quais são as Ações Educativas do Nutricionista no Ambiente Escolar e apresentar de que forma o nutricionista contribui para a saúde dos escolares.

Os critérios de inclusão utilizados foram textos em língua portuguesa e inglês publicados no período de 1998 a 2014 escrito por profissionais ligados a nutrição e outras áreas da saúde com características do público alvo. Foram encontrados 42 artigos que

possuíam um ou mais critérios, após foi realizada a leitura de todos os resumos, sendo excluídos 09 artigos e utilizando 33 publicações como amostra. Os artigos foram excluídos, pois não possuíam ações educativas em nutrição e não obedeciam aos critérios de inclusão propostos na pesquisa. Em seguida iniciou-se a leitura na íntegra a qual possibilitou o preenchimento do roteiro elaborado.

Conforme explicita o Krainovich-Miller, (2001). A revisão integrativa da literatura vem nortear mudanças significativas na prática clínica trazendo subsídios para a criação e desenvolvimento de protocolos resultando em melhora da qualidade do tratamento prestado ao paciente.

5 A RELEVÂNCIA DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM NUTRIÇÃO

A promoção da saúde é considerada uma estratégia relevante no fortalecimento promocional e preventivo do processo saúde e doença. O apoio educacional é de extrema importância no processo educacional, já que contribui para que as estratégias de saúde sejam efetivas, envolvendo todos os atores sociais, considerando assim, a educação nutricional uma prática promotora de saúde (YOKOTA *et al.* 2010).

De acordo com Bizzo & Leder (2005) o ensino sobre nutrição deve compor um plano nacional oficial de ensino, pois dessa forma contribuiria com a construção coletiva do conhecimento, levando a uma interação dos profissionais da saúde com os profissionais da educação, crianças e família, mediante o planejamento didático participativo e que não ficasse somente em práticas pedagógicas exclusivamente teóricas, e sim, utilizando recursos como material audiovisual, com ênfase em imagens e esquemas levando a criança a pensar e não a adquirir um conhecimento pronto, promovendo dessa forma saúde.

A alimentação é um direito humano fundamental estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é um direito relevante do cidadão na promoção e a proteção da saúde, possibilitando o crescimento e desenvolvimento do ser humano, garantindo qualidade de vida e cidadania (FERREIRA & MAGALHAES, 2007).

O nutricionista é o profissional competente para realizar educação nutricional e deve planejar atividades de educação nutricional considerando todos os aspectos do desenvolvimento humano da população assistida, a realidade a qual esta inserida, com o intuito de obter sucesso nas práticas educacionais planejadas (IULIANO, MANCUSO & GAMBARDELLA 2009).

O Ministério da Saúde e da Educação instituíram pela Portaria Interministerial nº 1.010 as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas de Educação Infantil, Fundamental e Nível Médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, considerando o ambiente escolar um espaço de produção de saúde, auto-estima, comportamentos e habilidades para a vida de seus alunos, funcionários e comunidade, ou seja, é um espaço adequado à formação de hábitos alimentares saudáveis e à construção da cidadania (CUNHA *et al.* 2010).

O papel da escola é fundamental na abordagem dos temas que influenciam na determinação do sujeito. Para a conquista das ações de promoção da alimentação saudável nas

escolas, deve haver o compromisso de todos os envolvidos (YOKOTA *et al.*, 2010) e (BIZZO & LEDER, 2005).

A parceria entre escolas e profissionais de saúde conduz a equipe a desenvolver um trabalho interdisciplinar, todos com o mesmo objetivo melhorar a qualidade de vida do ser humano (BRASIL, 2011).

Para a construção de um sistema de políticas de saúde é fundamental a participação de todos, pois o setor sanitário sozinho não consegue garantir todas as condições saudáveis à população. Portanto, é indispensável o estabelecimento de uma relação entre os distintos setores sociais. Para que a educação permanente em saúde seja efetiva, a comunidade precisa participar de forma ativa. Deve-se incluir a temática das ações de alimentação e nutrição no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, para que esta ação seja amplamente discutida no ambiente escolar (BRASIL, 2011) e (CUNHA *et al.*, 2010).

Os hábitos alimentares constituem um aspecto cultural complexo e dinâmico, que se perpetua por permanências e mudanças. Nesse sentido, devem ser transmitidos e ensinados para que sejam aprendidos e apropriados. Podem emergir elementos novos, que, se incorporados e assimilados pelo grupo social, promovem aos poucos avanços na alimentação (RAMALHO & SAUNDERS, 2000).

As crianças e adolescentes mudaram e mudaram para pior seus hábitos alimentares, pois crianças estão ingerindo alimentos ricos em açúcar e gorduras e pobres em nutrientes. Hoje as crianças não gastam energia como antes, pois no presente momento elas substituíram as brincadeiras que gastam energia, ou seja, correr, brincar, ir ao supermercado a pé, jogar bola por atividades que não irão se movimentar para realizar a queima da gordura como: televisão, videogame, computador, andar de carro, ônibus e metrô (BRASIL, 2014).

O mundo infantil também é atingido pelo estresse e ansiedade, isso ocorre devido o corre corre da vida moderna, no qual as crianças muitas vezes se deixa levar pela válvula de escape, ou seja, ingerir quantidades elevadas de comida, ocasionando na obesidade infantil (BRASIL, 2014).

A obesidade infantil é preocupante, pois quanto mais intenso e precoce é seu aparecimento, maior o risco de persistência no adulto, levando as co-morbidades a ela relacionadas (MAGALHÃES; AZEVEDO; MENDONÇA, 2003).

O excesso de peso pode causar diabetes e hipertensão, elevar os níveis de colesterol causando problemas cardiovasculares, problemas com ossos e articulações, dificuldades para desenvolver algum esporte ou outro exercício físico devido à dificuldade para respirar e o cansaço (BRASIL, 2014).

A hipertensão arterial - HAS é uma doença crônica, sendo um fator de risco para a doença cardiovascular, seu aparecimento se dá a partir de fatores desencadeados na infância, como dieta inadequada, cigarro, falta de atividade física, esses fatores influenciam de forma significativa no aparecimento da HAS e da obesidade (MONEGO & JARDIM, 2005).

A escola pode planejar e desenvolver diversas ações com o intuito de prevenir riscos e agravos e promover saúde, dentre elas, o estímulo a uma alimentação saudável, a educação nutricional, o incentivo a prática de exercícios físicos e atividades de lazer, a educação para a saúde sexual e reprodutiva e a prevenção contra o uso de álcool, tabaco e outras drogas (BRASIL, 2011).

De acordo com a RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, DE 16 DE JULHO DE 2009 é considerada educação alimentar e nutricional o conjunto de ações indispensáveis que tem como objetivo estimular a adoção de forma voluntária das práticas alimentares saudáveis, que contribui para a qualidade de vida do indivíduo, a aprendizagem e o estado de saúde do escolar.

Neste sentido são cruciais as ações no âmbito escolar dirigidas pelo profissional nutricionista a fim de promover ações nutricionais que atendam as necessidades nutricionais das crianças, dos adolescentes contribuindo com êxito para o desenvolvimento das habilidades humanas (R.T.C. YOKOTA *et al.*, 2010).

A saúde esta relacionada à qualidade de vida, ou seja, o bem estar integral e para termos uma vida saudável, é preciso que pensemos nos condicionantes de saúde, tais condicionantes envolvem diversos aspectos, dentre os quais se destacam: a educação, a paz, a habitação, a alimentação, a renda, o lazer, a justiça social e o ecossistema (BRASIL, 2007).

O ato de promover saúde através das ações garante a oportunidade a todos os educandos de fazerem escolhas mais favoráveis e saudáveis a saúde, levando-os a serem os protagonistas do processo de produção da própria saúde (CUNHA *et al.* 2010).

6 O NUTRICIONISTA NO AMBIENTE ESCOLAR

Para promover saúde no ambiente escolar, o ensino sobre nutrição é fundamental, pois o conhecimento técnico-científico do nutricionista profissional de saúde seria compartilhado ao ritmo da própria problematização dos conhecimentos e vivências da criança (BIZZO; LEDER, 2005).

O nutricionista é o profissional técnico responsável pela execução do PNAE desde que este esteja lotado no setor de alimentação escolar e compete a ele coordenar o diagnóstico e o monitoramento do estado nutricional das crianças assistidas na rede de ensino, planejar o cardápio da alimentação oferecida no ambiente escolar de acordo com a cultura alimentar local e a vocação agrícola da região, acompanhar a aquisição, a produção e a distribuição da alimentação escolar e realizar ações de educação alimentar e nutricional no âmbito escolar (BRASIL, 2009).

O nutricionista, enquanto profissional competente para realizar educação nutricional, tem como atribuição planejar atividades educativas e assistenciais, considerando as vertentes que influenciam a alimentação, os aspectos do desenvolvimento humano da população assistida, a realidade na qual está inserida e os estímulos adequados, tentando dessa forma obter sucesso nos objetivos educativos e promover hábitos alimentares saudáveis, com intuito de diminuir os agravos a saúde preconizados no art. 196 da constituição federal de 1988 que diz que a saúde é o direito de todos e dever do estado e que deve ser garantido mediante políticas públicas (IULIANO; MANCUSO; GAMBARDELLA, 2009) e (BRASIL, 1998).

Ser educador em nutrição não é somente transmitir informações de maneira didática, mas é aprender de que maneira o ser humano vivencia o problema alimentar, não apenas quanto ao consumo alimentar, mas a todas as questões que envolvem o comportamento alimentar (BOOG, 2008).

Educar para a alimentação saudável exige: a confrontação de novas práticas com as representações sociais dos alimentos e com o significado simbólico deles para os sujeitos do processo educativo, a resignificação dos alimentos e a construção de novos sentidos para o ato de comer (BOOG, 2008).

A alimentação humana é de grande importância, por isso se faz necessário o acesso da população a informações sobre a alimentação saudável, no sentido de aumentar a autonomia das pessoas no momento da escolha dos alimentos que farão parte de seu regime alimentar (CANINÉ & RIBEIRO, 2007).

A orientação do nutricionista tem sido apontada como fatores protetores para o estado nutricional e doenças associadas na população, pois quando os indivíduos conhecem as

práticas alimentares saudáveis, os problemas do dia a dia são minimizados (IULIANO; MANCUS; GAMBARDELLA, 2009).

Espera-se que o nutricionista seja sensível aos problemas reais, enfrentados no dia a dia da escola, e que busque apresentar soluções para situações que podem ser resolvidas dentro do ambiente escolar e parcerias junto ao demais atores envolvidos para aquelas que extrapolam as possibilidades de resolutividade interna (CANINÉ & RIBEIRO, 2007).

O nutricionista tem que ter muita responsabilidade, pois dentro do ambiente escolar deve ficar atento às condições higiênico-sanitárias do alimento e do ambiente em que a alimentação é preparada, a forma de como é preparada e distribuída essa refeição e, ao mesmo tempo, responsabilizar-se pela divulgação de informações sobre alimentação saudável, pela formação de hábitos alimentares saudáveis, visando à promoção da saúde (CANINÉ & RIBEIRO, 2007).

A prática educativa do nutricionista é uma educação permanente, na qual a divulgação de informações deve ser utilizada como meio de gerar autonomia nas pessoas, tornando-os capazes de realizar escolhas e mudanças nos comportamentos alimentares (CANINÉ & RIBEIRO, 2007).

7 A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS

A educação alimentar e nutricional dentro do ambiente escolar é um conjunto de ações que tem o objetivo de estimular a adoção de práticas e escolhas saudáveis, colaborando dessa forma para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.

Os hábitos alimentares assumem importante papel, pois é na infância que estes são estabelecidos, consolidados na adolescência e estão diretamente relacionados ao risco do desenvolvimento dessas doenças crônicas na vida adulta (BARRETO *et al.*, 2005).

O conjunto de ações que estimula a adoção voluntária pelas crianças a escolhas alimentares saudáveis é considerada educação alimentar e nutricional, colaborando dessa forma com a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo. (BRASIL, 2009).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que atenda as necessidades das crianças durante o período letivo, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, o crescimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos assistidos na rede pública federal, estadual, do Distrito federal e municipal (BRASIL, 2009).

A escola deve ser vista como um espaço que se preocupa com a saúde de todos os seus membros e com as pessoas que estão relacionadas com a comunidade escolar e não como um sistema eficiente para produzir educação (GONÇALVES *et al.*, 2008).

O PNAE tem como princípios assegurar de forma universal e igualitária na rede pública de educação básica o direito humano a alimentação adequada e permanente, respeitando os hábitos alimentares que fazem parte da cultura do local, com o intuito de garantir segurança alimentar e nutricional aos alunos, compartilhando dessa forma, responsabilidades entre os entes envolvidos em todas as esferas de governo e contando com a participação da comunidade no controle social, garantindo assim uma melhor execução do programa (BRASIL, 2009).

O PNAE assegura a alimentação escolar como assistência alimentar e instrumento de educação nutricional e é reconhecido em algumas escolas como estratégia educativa (IULIANO; MANCUSO; GAMBARDELLA, 2009).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar através da resolução n°. 38, de 16 de julho de 2009 apoia e incentiva a aquisição de alimentos diversificados, produzidos em

âmbito local pelo empreendedor familiar ou pela agricultura familiar, com o intuito de resgatar e valorizar os hábitos alimentares regionais e culturais, incentivando a produção e o consumo de alimentos mais saudáveis (BRASIL, 2009).

A promoção da saúde na escola divide-se em três áreas de ação:

- ✓ Educação para a saúde;
- ✓ Ambientes saudáveis;
- ✓ Serviços de saúde e alimentação.

A escola deve estar sempre atenta às opções de alimentos saudáveis disponibilizadas aos educandos e criar momentos de discussões em relação ao perfil nutricional e cultural da região em que está localizada.

Quando os alimentos são administrados às crianças em contextos sociais positivos, como recompensas, as preferências por tais alimentos são reforçadas. Assim, restringir o acesso das crianças a determinados alimentos como doces e sobremesas torna-os ainda mais desejados. Efeito oposto acontece com o consumo forçado de alimentos como legumes e verduras, a fim de ganhar recompensas (SICHIERI & SOUZA, 2008).

Devido às mudanças no estilo de vida, as famílias atuais estão deixando os seus filhos em creches e pré-escolas, que são ambientes propícios para programas de educação nutricional. De acordo com (SICHIERI; SOUZA, 2008) as ações coletivas superam as individuais e, tendo como base esse sentido, muitas ações são pensadas tendo como foco o ambiente escolar. No ambiente escolar é importante lembrarmos da contribuição do professor no processo de mobilização para o ato de aprender, permitindo ao aluno aprender e ressignificar experiências negativas que acontecem fora do ambiente educacional (SICHIERI; SOUZA, 2008).

As crianças são mais prováveis de produzir resultados positivos, quando expostas a atividades que estão relacionadas com o seu mundo real e o alimento. Experimentar e participar do preparo de alguns alimentos, plantar uma horta, participar de jogos que ensinam nutrição são atitudes que contribuíram positivamente na melhora dos hábitos e atitudes alimentares (BRASIL, 2006).

Visando a mudança e adoção de hábitos alimentares saudáveis, o principal desafio das intervenções é promover o acesso à informação, o contato e a experimentação de alimentos que sejam de fácil acesso, sendo esses alimentos agradáveis aos sentidos (BRASIL, 2006).

8 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO ÂMBITO ESCOLAR

A alimentação saudável é fundamental para o crescimento, desenvolvimento e manutenção da saúde, a alimentação deve ser a mais variada possível para que o organismo receba todos os nutrientes necessários para manutenção da vida, a alimentação deve proporcionar prazer, fornecer energia e respeitar a cultura dos indivíduos e de seu grupo social (VALLE & EUCLYDES, 2007).

A alimentação e nutrição são requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando o crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania (PINHEIRO, 2005).

A promoção de hábitos alimentares saudáveis foi estabelecida na Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN em 1999 integra a Política Nacional de Saúde (BRASIL, 2003). A partir desse marco criou-se mais espaço para o desenvolvimento e para a promoção de ações relativas a uma alimentação saudável, fortalecendo a articulação entre saúde e segurança alimentar e nutricional - SAN.

A alimentação saudável tem início com a prática do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida e complementar até os dois anos de idade, e se prolonga pela vida com a adoção de bons hábitos alimentares. A introdução de alimentos de forma precoce na vida do bebê, ou seja, antes do sexto mês, aumenta a morbimortalidade infantil, interfere na absorção de nutrientes, como o ferro e zinco, aumenta o risco de alergia alimentar e a maior ocorrência de doenças crônico-degenerativas na idade adulta (VIEIRA *et al*, 2004).

Os hábitos alimentares inadequados levam a problemas de saúde imediatos e também a longo prazo, como: obesidade infantil que são problemas de saúde ocasionados de imediato e os problemas de saúde a longo prazo são os ocasionados na vida adulta como o aparecimento das doenças crônico-degenerativas (VALLE & EUCLYDES, 2007).

Na infância a obesidade esta relacionada a várias complicações, como também a uma maior taxa de mortalidade como citado anteriormente e ela vem aumentando de forma significativa e vem determinando várias complicações na infância e na vida adulta, quanto mais tempo o indivíduo se mantém obeso, maior e a chance das complicações ocorrerem, assim como mais precocemente (MELLO *et al*, 2004).

O comportamento alimentar de uma criança e determinado pela interação da criança com o alimento. A influência mais marcante na formação dos hábitos alimentares é o produto

da interação da criança com uma pessoa mais ligada a sua alimentação, que na maioria das vezes é a mãe (VIEIRA *et al*, 2004).

A infância e o período de formação dos hábitos alimentares. O entendimento dos fatores determinantes possibilita a elaboração de processos educativos, sendo estes processos efetivos para mudanças no padrão alimentar das crianças, ou seja, as mudanças no consumo alimentar irão contribuir no comportamento alimentar na vida adulta (VALLE e EUCLYDES, 2007).

A escola é vista como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de melhoria das condições de saúde e do estado nutricional das crianças, adolescentes e jovens, pois incentiva o desenvolvimento humano saudável e as relações construtivas e harmônicas, considerando-se um setor estratégico para a concretização de iniciativas de promoção à saúde (SCHMITZ *et al*, 2008).

Para estimular a alimentação saudável nas escolas e promover hábitos alimentares saudáveis, são trabalhados os seguintes eixos:

- ✓ Ações de Educação Alimentar e Nutricional, com respeito à alimentação regional;
- ✓ O estímulo à produção de hortas escolares, a partir da realização de atividades com os alunos e o uso dos alimentos produzidos na alimentação escolar;
- ✓ O estímulo à implantação das boas práticas de manipulação nos serviços que ofertam alimentação escolar;
- ✓ A restrição ao comércio de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gorduras trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes;
- ✓ O monitoramento da situação nutricional dos escolares.

A nutrição tem grande influência na promoção, manutenção e recuperação da saúde, pois a nutrição é a base para todos os processos fisiológicos e patológicos, porque nenhum fenômeno orgânico normal ou anormal ocorre sem que haja um componente nutricional envolvido (SANTOS, 2005).

Segurança Alimentar e Nutricional – SAN é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (PINHEIRO, 2005).

Sendo assim, é dever do Estado garantir a SAN através de ações intersetoriais, que requer esforços por parte dos governantes, conciliando ações públicas de diferentes setores e esferas de governo e sociedade civil (PINHEIRO, 2005).

No Brasil ocorreram mudanças relacionadas à crescente modernização e urbanização, que ocasionaram mudanças no estilo de vida e conseqüentemente nos hábitos alimentares da população, gerando um desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis (SCHMITZ *et al*, 2008).

A sociedade moderna parece convergir para uma dieta com elevado teor de gorduras, gordura saturada e alimentos refinados e baixo teor de fibras e a não prática de atividade física, se tornando cada vez mais sedentários, esses fatores impactam nos principais fatores de riscos metabólicos, como o excesso de peso/obesidade, pressão arterial elevada, aumento da glicose sanguínea, lipídeos e colesterol, possíveis em resultar em diabetes, doenças cardiovasculares, acidente vascular cerebral e câncer entre outras enfermidades (MALTA & JUNIOR, 2013) e (BARRETO *et al*., 2005).

Com a redução contínua dos casos de desnutrição, houve um aumento da obesidade no Brasil, é necessário estabelecer as orientações alimentares, visando a redução da prevalência da obesidade e, conseqüentemente, a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis (COUTINHO *et al*, 2008).

É importante o comprometimento com programas e profissionais de saúde, no incentivo ao aleitamento materno, em ações nas escolas, na regulamentação da propaganda de alimentos e no estímulo à prática de atividades físicas, entre outros (MALTA & JÚNIOR, 2013).

O acesso à alimentação suficiente, segura e variada não somente previne a má nutrição, mas também reduz o risco de DCNT (BRASIL, 2006).

O ato de alimentar-se envolve valores culturais, sociais, afetivos e sensoriais, as pessoas ao se alimentar-se não busca somente suprir suas necessidades nutricionais, mas procuram alimentos palpáveis, com cheiro, cor, textura e sabor. A alimentação esta inserida no cotidiano das pessoas, como um momento prazeroso, agradável e de socialização, pois é neste momento que criamos um vínculo maior com as pessoas e que temos a oportunidade de compartilhar o ato alimentar (BRASIL, 2006).

O nutricionista de acordo com suas atribuições e sua visão integral ao indivíduo deve desenvolver ações promotoras de saúde, orientando aos educando quanto alimentação correta e com base nos “Dez Passos da Alimentação Saudável”, realizar projetos de educação nutricional e avaliação antropométrica, classificar as crianças quanto ao seu estado nutricional e realizar atendimentos quando necessário, atender de forma igualitária as crianças que apresentar alguma patologia, planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, realizar ações de educação nutricional para a comunidade escolar,

interagir com agricultores e empreendedores familiares, inserindo os produtos da agricultura na alimentação escolar (PEIXINHO *et al.*, 2011).

Com o objetivo de propiciar a adesão da comunidade escolar a hábitos alimentares saudáveis e atitudes de auto cuidado, prevenção de doenças e promoção da saúde foram elaborados os Dez Passos da Alimentação Saudável nas Escolas que são estratégias de educação alimentar, como listados a seguir:

1º Passo: A escola deve definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis.

2º Passo: Reforçar a abordagem da promoção da saúde e da alimentação saudável nas atividades curriculares da escola.

3º Passo: Desenvolver estratégias de informação às famílias dos alunos para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, enfatizando sua co-responsabilidade e a importância de sua participação neste processo.

4º Passo: Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis, adequando os locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação e garantindo a oferta de água potável.

5º Passo: Restringir a oferta, a promoção comercial e a venda de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sal.

6º Passo: Desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola.

7º Passo: Aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras, com ênfase nos alimentos regionais.

8º Passo: Auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis por meio de estratégias que estimulem essas escolhas.

9º Passo: Divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências.

10º Passo: Desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional dos escolares, com ênfase em ações de diagnóstico, prevenção e controle dos distúrbios nutricionais (BRASIL, 2010).

O papel da alimentação é cada vez mais evidente no controle e na prevenção das doenças, especialmente das crônicas não transmissíveis, em relação ao câncer, constatou-se que a segunda maneira mais eficiente de preveni-lo é modificando a dieta (BARRETO *et al.*, 2005).

Ressaltando que essas doenças em sua maioria têm início de forma cada vez mais precoce, agindo de forma silenciosa, a promoção de hábitos alimentares saudáveis desde a infância e adolescência influência de forma positiva, prevenindo o adoecimento na vida adulta (BRASIL, 2008).

O ato de comer, ou seja, se alimentar está repleto de significados que transcende o fato de satisfazer a fome e as necessidades nutricionais, comer é ingerir alimentos não variados, em quantidades exageradas e, até mesmo podendo este alimento ter sido preparado sem as condições higiênicas sanitárias adequadas, já se alimentar é saborear com prazer alimentos variados, preparados de maneira equilibrada e seguro (CANINÉ & RIBEIRO, 2007) e (BRASIL, 2006).

Ter acesso regular e permanente aos alimentos é um direito do ser humano em qualidade e quantidade suficiente, um alimento nutritivo é aquele que fornece todos os nutrientes que o corpo necessita. Ao se alimentar, o indivíduo saborea os alimentos, com prazer e em comunhão, se nutre e se fortalece, contribuindo assim para o desenvolvimento de um ser mais feliz (FERREIRA & MAGALHAES, 2007).

9 AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA DAS CRIANÇAS ASSISTIDAS NA REDE DE ENSINO

A antropometria é estudada desde a antiguidade. É a ciência que se baseia na mensuração sistemática e na análise quantitativa, devido isso é muito valorizada (ARAÚJO & CAMPOS, 2009).

A antropometria é um método que permite avaliar as dimensões físicas e a composição global do corpo humano, este método é o mais utilizado para o diagnóstico nutricional da população, principalmente na infância e adolescência por ser um método barato, não invasivo, universalmente aplicável, de boa aceitação, nocivo a saúde do indivíduo e extremamente útil para rastrear a obesidade e outros agravos nutricionais e outro ponto importante é a sua sensibilidade de detecção precoce de alterações no estado nutricional diferentemente de métodos clínicos (SANT' ANNA *et al.*, 2009).

Em 1995 a Organização Mundial de Saúde (OMS), afirmou que a antropometria é uma importante ferramenta de rastreamento de grupos, mas que não deve ser utilizada para o diagnóstico final, principalmente em obesidade clínica. Para realizar avaliação individual o mais recomendado é a avaliação longitudinal com dados sequencial do paciente e associação de outros métodos de diagnóstico nutricional que avaliam a composição corporal (ARAÚJO & CAMPOS, 2009).

O processo de avaliação do estado nutricional nas populações que consiste na utilização de procedimentos de diagnósticos que possibilitem precisar a magnitude, o comportamento e os determinantes dos agravos nutricionais, permite a identificação de grupos de risco, sendo fundamental para identificar os fatores causais e estudo das associações entre a condição nutricional e a morbi-mortalidade, e conseqüentemente sobre o crescimento e desenvolvimento infantil (ARAÚJO & CAMPOS, 2009).

Com o aumento da prevalência da obesidade infantil, sendo essa um fator de risco para a obesidade adulta, além de preditor para as doenças cardiovasculares, a avaliação da composição corporal na criança torna-se uma importante variável de promoção da saúde. As medidas antropométricas podem ser utilizadas para avaliar o estado nutricional e monitorar os padrões de crescimento e desenvolvimento e quantificar a gordura corporal relativa em crianças e adolescentes (SANT' ANNA *et al.*, 2009) e (ARAÚJO & CAMPOS, 2009).

O uso dos indicadores antropométricos de peso/idade, altura/idade, peso/altura e índice de massa corporal (IMC) são comuns em crianças e adolescentes segundo a idade e sexo.

Esses indicadores devem ser obtidos e comparados com as informações das curvas e tabelas de referência do National Center For Health Statistics (NCHS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS). Os resultados podem ser obtidos em percentil e escore Z (ARAÚJO & CAMPOS, 2009).

Para avaliação do estado nutricional de crianças as medidas mais utilizadas de acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS e o Ministério da Saúde são os índices nutricionais a seguir:

Peso por idade (P/I): que expressa a massa corporal para a idade. É uma medida que permite identificar alterações no estado nutricional de forma precoce, porém se utilizado de forma isolada, não é capaz de detectar a natureza do agravo, por isso deve se associar a outras medidas como: altura, circunferência do braço e ou circunferência cefálica de forma a definir o estado nutricional da criança. O indicador antropométrico de peso/idade é utilizado de forma mundial, para avaliar crianças de até cinco anos de idade, mas sua sensibilidade é maior em crianças de até dois anos de idade, pois nessa fase as deficiências afetam mais o peso do que a estatura (ARAÚJO & CAMPOS, 2009).

Quadro 1- Pontos de corte segundo o indicador antropométrico peso por idade para classificação do estado nutricional de crianças com até sete anos de acordo com a recomendação do Ministério da Saúde (MS).

PERCENTIL	CLASSIFICAÇÃO
\leq Percentil 0,1	Peso muito baixo para a idade
$0,1 < \text{Percentil} \leq 3$	Peso baixo para a idade
$3 < \text{Percentil} \leq 10$	Risco nutricional
$10 < \text{Percentil} \leq 97$	Adequado ou Eutrófico
$> \text{Percentil} 97$	Risco de sobrepeso

Altura por idade (A/I): que expressa o crescimento linear da criança. Quando a altura por idade encontra-se alterada há uma redução da velocidade de crescimento esquelético. Esse indicador antropométrico tem associação com condições sócio-econômicas, infecções crônicas e recorrentes e aporte nutricional inadequado. A maioria das crianças brasileiras apresenta baixa estatura, mas não apresenta baixo peso ao nascer, o que sugere que essa deficiência surgiu depois do nascimento (ARAÚJO & CAMPOS, 2009).

Peso por altura (P/A): que dispensa a informação da idade. Expressa a harmonia entre as dimensões de massa corporal e altura. Quando ocorrem alterações com este indicativo antropométrico normalmente é devido à falta de alimento ou ingestão reduzida, ou seja, pequena ingestão. Esse indicador não deve ser utilizado em crianças na puberdade recomenda a OMS, devido às alterações fisiológicas nessa fase, pois esse apresenta uma baixa

sensibilidade segundo a idade, podendo indicar um agravo nutricional no peso, mas que ainda não comprometeu a altura da criança (ARAÚJO & CAMPOS, 2009).

A avaliação do estado nutricional através de indicadores antropométricos de crianças e adolescentes, segundo a recomendação desde 1977 pela OMS, devem ser realizadas mediante comparação com a população de referência do National Center For Health Statistics (NCHS). A revisão da referência de 1977 levou a referência atual de 2000, mesmo tendo passado por ajustes estatísticos para a confecção das curvas de crescimento, a OMS afirma que a representação do NCHS é limitada, mesmo sendo um estudo de grande relevância, pois não considera diferentes grupos socioeconômicos, étnicos e genéticos, além da geografia variável. A OMS passou em junho de 2006 através de um estudo a recomendar novas curvas de peso/idade, altura/idade, peso/altura e IMC/idade para crianças de 0 a 5 anos, a partir de estudo conduzido entre 1997 a 2003, onde fornece um padrão de crescimento único internacional considerando crianças até cinco anos e que tenham amamentadas até o seis meses de vida. A nova curva de crescimento recomendada pela OMS é uma importante ferramenta a ser utilizada, já que considera as diferentes nacionalidades e também por apresentar evidentes diferenças entre as curvas de P/I, P/A, e IMC/I através de um estudo comparativo realizado entre as curvas de crescimento da OMS e CDC, acredita-se que as diferenças apresentadas nas curvas da OMS e CDC, sejam devido ao aleitamento materno e a alimentação adequada da criança. Para avaliar o estado nutricional de pré-escolares e adolescentes, a OMS desenvolveu em setembro de 2007, novas curvas de P/I, A/I e IMC/I, no qual contou com a contribuição das amostras NCHS de 1977 e OMS de 2006 (ARAÚJO & CAMPOS, 2009).

10 RESULTADOS

A presente revisão integrativa analisou uma amostra de 33 estudos, dentre eles monografias e publicações em periódicos que descrevem ações educativas realizadas por equipes de educadores e caracterizam seu público alvo.

Quanto ao tipo de delineamento, os estudos foram caracterizados assim: 19 artigos de revisão integrativa de literatura; 07 artigos com abordagem qualitativa; 03 artigos com abordagem quantitativa; 03 artigos descritivos; 02 artigos transversais; 01 artigo amostragem, 01 estudo analítico, 01 revisão narrativa, 01 estudo observacional e 01 ensaio clínico e um estudo onde se utilizou oficinas lúdicas e interativas.

O público alvo descrito nos artigos foi: crianças, adolescentes e adultos educadores.

No quadro I são apresentados os artigos que melhor demonstram as amostras sobre educação em saúde nutricional.

Quadro 1: Apresentação dos artigos sobre educação em saúde nutricional

Título	Autores	Ano de Publicação	Objetivo	Tipo de estudo	Público
Projeto “a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”: comparação de duas estratégias de educação nutricional do Distrito Federal, Brasil	R.T.C. YOKOTA <i>et al</i>	2010	Analisar e comparar o conhecimento sobre nutrição de professores e alunos do Projeto “a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”.	Quantitativo	Professores e alunos
A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnóstico para a educação em saúde e nutrição	CUNHA <i>et al.</i>	2010	Contribuir com elementos para avaliação do Projeto Sabor e Saber e ainda incorporar uma discussão sobre saúde, alimentação escolar e alimentação orgânica, avaliando o engajamento de	Abordagem Qualitativa	Educadores e escolares

			participantes da escola.		
A Prática do Nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: Um espaço-tempo educativo	CANINÉ; RIBEIRO	2007	Dar visibilidade ao potencial das ações educativas dos nutricionistas, tenham elas caráter normativo ou interativo.	Pesquisa qualitativa	Nutricionistas
Educação nutricional em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos - SP	IULIANO; MANCUSO; GAMBARDELLA	2009	Descrever as atividades de educação nutricional realizadas em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos.	Abordagem qualitativa e levantamento descritivo	Escolares
Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental	BIZZO; LEDER	2005	Lançar uma reflexão acerca da inserção da educação nutricional como tema transversal nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental, em especial para as escolas públicas, e visa, ainda, apresentar alguns dos requisitos a tal inserção.	Descritivo	Crianças de 06 a 14 anos
Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável	BOOG	2008	Analisar a inserção do nutricionista no campo da saúde pública e refletir sobre o desenvolvimento de competências para a promoção de práticas alimentares saudáveis	Quantitativo e Qualitativo	Nutricionistas
Determinantes de Risco para doenças cardiovasculares em escolares	MONEGO; JARDIM	2005	Conhecer a ocorrência e associação de hipertensão arterial com algumas	Estudo transversal	Crianças e adolescentes (07 a 14 anos)

			variáveis relacionadas ao estilo de vida.		
A promoção da saúde na Educação Infantil	GONÇALVES; CATRIB; VIEIRA; VIEIRA	2008	Descrever o trabalho de promoção da saúde desenvolvido por uma escola de educação infantil que incorpora princípios de promoção da saúde em sua prática pedagógica, investigando seis sujeitos que vivenciaram o processo.	Abordagem qualitativa, estudo descritivo	Equipe pedagógica (Coordenadora Pedagógica e Supervisora Pedagógica) e a equipe do Núcleo de Saúde (Nutricionista, Fonoaudióloga, Psicóloga, Médica e Estagiária de Enfermagem).
Prevalência e fatores associados a sobrepeso e obesidade em adolescentes de 15 a 19 anos das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, 1996 a 1997	MAGALHÃES; AZEVEDO; MENDONÇA	2003	Avaliar a prevalência de sobrepeso e obesidade (S/O) e fatores associados, em adolescentes de duas regiões do Brasil, segundo o Índice de Massa Corporal.	Amostragem	Adolescentes (15 e 20 anos)
Educação Alimentar e Nutricional no contexto da Promoção de Práticas Alimentares Saudáveis	SANTOS	2005	Fazer uma reflexão sobre a educação alimentar e nutricional no contexto da promoção das práticas alimentares saudáveis.	Revisão de Integrativa	Coletividade
Análise da estratégia global para alimentação, atividade física e saúde, da Organização Mundial da Saúde	BARRETO; PINHEIRO; SICHERI; MONTEIRO; FILHO; SCHIMIDT; LOTUFO; ASSIS; GUIMARÃES; RECINE; VICTORA; COITINHO; PASSOS	2005	Analisar a Estratégia Global para Alimentação, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde (EG/OMS)	Revisão integrativa	Coletividade
Estratégias para prevenção da obesidade em	SICHERI; SOUZA	2008	Mobilizar todos os profissionais, população e	Revisão integrativa	Crianças e adolescentes

crianças e adolescentes			autoridades na mudança de hábitos alimentares, pois a obesidade esta aumentando cada vez mais.		
O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local	BELIK; CHAIM	2009	Avaliar o perfil da gestão pública municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar de 670 prefeituras inscritas no Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, entre os anos de 2004 e 2005.	Quantitativo e qualitativo	Município
O nutricionista no programa de alimentação escolar: avaliação de uma experiência de formação a partir de grupos focais	SANTOS; PAIVA; MELLO; FONTES; SAMPAIO; FREITAS	2012	O estudo objetivou analisar os resultados relativos à avaliação de um Programa de Formação para Nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar da região Nordeste	Qualitativo	Nutricionistas
Subsídios para a avaliação do estado nutricional de crianças e adolescentes por meio de indicadores antropométricos	ARAÚJO CAMPOS	2009	Discutir conceitos relevantes para a caracterização do estado nutricional de crianças e adolescentes por meio destes indicadores antropométricos e o uso de curvas de referências na avaliação dos resultados isolados ou em conjunto.	Revisão Integrativa	Crianças e adolescentes
Métodos de avaliação da composição	SANT ANNA PRIORE FRANCESCHINI	2009	Revisar as principais técnicas de	Revisão integrativa	Crianças

corporal em crianças			avaliação da composição corporal de crianças enfatizando os estudos de validação		
A alimentação saudável e a promoção da saúde no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional	PINHEIRO	2005	Identificar a dimensão da alimentação saudável na promoção da saúde, sob o contexto de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecendo similaridades entre estes campos, no âmbito de políticas públicas.	Revisão Integrativa	População
A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar.	SCHMITZ; RECINE; CARDOSO; SILVA; AMORIM; BERNARDON; RODRIGUES	2008	Apresentar os resultados da avaliação feita sobre a metodologia utilizada na capacitação de 2006, com os educadores e donos de cantina escolar.	Estudo analítico	Educadores Donos de cantina
A escola como ambiente de Promoção da Saúde e Educação Nutricional	DOMENE	2008	Promover colaboração e troca de conhecimento entre nutrição e Educação	Revisão integrativa	Educadores, nutricionista, escolares, gestores
A desnutrição e obesidade no Brasil: O enfrentamento com base na agenda única da nutrição	COUTINHO; GENTIL; TORAL	2008	Mostrar a tendência contínua na redução da desnutrição no país, associada ao aumento do excesso de peso, através do monitoramento do perfil Nutricional, o qual permite uma atitude de vigilância e o direcionamento	Revisão Integrativa	Homens, mulheres, adolescente criança

			das ações de Promoção da Saúde		
Alimentação nos primeiros anos de vida: o advento dos alimentos industrializados	TOLONI; SILVA; GOULART; TADDEI	2014	Compilar e debater a introdução de alimentos industrializados na dieta infantil	Revisão integrativa	Crianças
Avaliação do estado Nutricional de escolares como base para a implementação de programas de prevenção da obesidade	MORI; TANAKA OLIVEIRA; TAKAGI	2007	Verificar os procedimentos utilizados para o levantamento e a avaliação do estado Nutricional de escolares visando à implantação de um sistema de vigilância Nutricional efetivo e a sua importância para os programas de Promoção da saúde.	Revisão Integrativa	Escolares
Alimentação Escolar no Brasil e nos Estados Unidos	PEIXINHO; BALABAN; RIMKUS SCHWARTZMAN; GALANTE	2011	Descrever dois dos maiores programas de alimentação escolar no mundo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Brasil, e o National School Lunch Program, dos Estados Unidos.	Revisão Integrativa	Crianças e adolescentes
Educação alimentar e Nutricional em escolares: uma revisão de literatura	RAMOS; SANTOS; REIS	2013	Descrever e analisar o panorama da publicação científica sobre estudos de intervenção no campo da educação alimentar e Nutricional em escolares no Brasil	Revisão Integrativa	Escolares
A	VALLE;	2007	Entender como	Revisão	Crianças

FORMAÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES NA INFÂNCIA: UMA REVISÃO DE ALGUNS ASPECTOS ABORDADOS NA LITERATURA NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS	EUCLYDES		as preferências alimentares são adquiridas na formação do hábito alimentar na infância, durante os períodos da alimentação materna, alimentação mista e da alimentação escolar, para poder realizar uma interferência efetiva	Integrativa	
O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão	MALTA; SILVA JR	2013	Apresentar e comparar o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil com as metas globais definidas para o enfrentamento dessas doenças até 2025.	Revisão narrativa	Pessoas
Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais	FERREIRA; MAGALHÃES	2007	Propõe articular o tema da nutrição no debate contemporâneo da promoção da saúde, analisando o papel dos nutricionistas neste processo.	Revisão Integrativa	Nutricionistas; intersectorialidade, participação social
EDUCAÇÃO E SAÚDE: ATIVIDADE EDUCATIVA NA ESCOLA AUGUSTO GOTARDELO EM JUIZ DE FORA, MG	TEIXEIRA; PEREIRA; RODRIGUES; MARLIERE; RODRIGUES	2013	Desenvolver atividades de promoção da saúde em uma escola municipal de ensino fundamental.	Realização de oficinas lúdicas e interativas para os alunos do 2º, 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental.	Escolares
O PAPEL DA EDUCAÇÃO NUTRICIONA	RAMALHO; SAUNDERS	2000	Abordar algumas questões	Revisão Integrativa	População

L NO COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONA IS			relacionadas aos aspectos socioeconômicos e culturais que interferem no consumo de alimentos fonte de vitamina A, visando subsidiar programas de intervenção, principalmente quando essa proposta envolver educação nutricional, como principal estratégia para o controle da hipovitaminose A.		
CUIDAR E EDUCAR Perspectivas para a prática pedagógica na educação infantil	FOREST; WEISS	2003	Apresentar discussões sobre as relações e interfaces do cuidar e do educar, pois a realidade tem revelado a confusão e as dificuldades instaladas ao longo de décadas de uma prática nas instituições de educação infantil, em que cuidar remete à idéia de assistencialismo e, educar à de ensino/aprendizagem.	Revisão Integrativa	Crianças
Obesidade infantil: como podemos ser eficazes?	MELLO; LUFT; MEYER	2004	Revisar a abordagem terapêutica da obesidade infantil, bem como aspectos de seu diagnóstico e prevenção.	Realizada busca de artigos científicos, artigos de revisão, estudos observaciona is, ensaios clínicos e posições de consenso.	Crianças

Hábitos alimentares de crianças menores de 1 ano amamentadas e não-amamentadas	VIEIRA; SILVA; VIEIRA; ALMEIDA; CABRAL	2004	Descrever os hábitos alimentares de crianças amamentadas e não-amamentadas através da análise dos alimentos consumidos pelas crianças menores de 1 ano de idade na cidade de Feira de Santana, BA, no ano de 2001.	Estudo transversal	Crianças
A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional	PEIXINHO	2013	É realizar um relato do gestor nacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com ênfase no período de 2003 a 2010.	Revisão da literatura e em dados oficiais.	Crianças

11 DISCUSSÃO

As crianças e o ambiente escolar

Em 1954 surgiu no Brasil o Programa Nacional de Merenda Escolar, que atendia somente escolas do Nordeste. Esta política ganhou destaque e abrangência nacional, com a alimentação escolar passando a ser um direito constitucional em 1988. E daí, surgiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o programa social do Governo Federal na área de educação mais antigo do país. A partir de 1994 o programa foi descentralizado, deste modo, estados e municípios são responsáveis pelo uso dos recursos e pela qualidade nutricional das refeições. O gerenciamento do programa ficou, desde 1997, a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é vinculado ao Ministério da Educação (BELIK e CHAIM, 2009).

No ambiente escolar é oferecida diariamente uma alimentação equilibrada que atenda todas as necessidades nutricionais das crianças de forma que esta seja variada e respeite a cultura local. Em 2006 foi incluída nas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE a inserção da educação alimentar e nutricional no processo ensino-aprendizagem, contribuindo desta forma para a promoção de ações educativas (IULIANO *et al.*, 2009).

A escola é vista como um espaço privilegiado para a formação de práticas alimentares saudáveis, pois é nessa fase que as crianças começam a formar os padrões de comportamento alimentar, em termos de quantidade, horários, ambiente e escolhas dos alimentos, possibilitando desenvolver na criança uma consciência crítica, que pode gerar mudanças nos hábitos alimentares não só das crianças envolvidas no ambiente escolar, mas de toda a família e da comunidade a qual esta inserida, propiciando uma melhor qualidade de vida (YOKOTA ET AL, 2010).

De acordo com BIZZO E LEDER (2005) para que haja promoção da saúde é fundamental o ensino sobre nutrição, por isso a educação nutricional deve fazer parte do plano nacional de ensino. É relevante no ambiente escolar estimular o consumo de alimentos saudáveis e não comercializar alimentos que são maléficis a saúde. Manipular, preparar e provar os alimentos contribui para o consumo.

Para Cunha ET AL (2010) a escola colabora na construção e desenvolvimento da consciência crítica nas preferências e escolhas alimentares dos pais e dos próprios alunos. A

alimentação escolar pode ser conhecida como um instrumento pedagógico para a promoção da saúde e nutrição, pois integra as práticas de educação nutricional, contribuindo para a construção da cidadania.

Segundo Caniné e Ribeiro (2007) Programa Alimentação Escolar - PAE tem uma importância no processo educativo, considerando a escola um espaço adequado para a formação de hábitos alimentares saudáveis e divulgação das informações.

Outro aspecto levantado por Caniné e Ribeiro (2010) é a atuação de algumas nutricionistas que atuam nas escolas, pois apresentam algumas vezes uma postura autoritária, que coloca o saber científico acima dos saberes populares, dificultando o diálogo entre as partes. É necessária parceria entre as partes envolvidas no processo de educação em saúde.

Para BOOG (2008) ser educado em nutrição não é somente transmitir informações corretas didáticas, e sim aprender como o ser humano vivencia o problema alimentar, visando não só o consumo alimentar, mas todas as questões envolvidas no comportamento alimentar.

Outro aspecto levantado por Boog (2008), é que para educar uma pessoa quanto à alimentação saudável, deve haver confrontação de novas práticas com representações dos alimentos e seus significados para o indivíduo do processo educativo, construindo dessa forma um novo sentido no ato de comer.

Segundo Santos (2005) o papel da educação alimentar e nutricional está vinculado à produção de informações que sirva como subsídio para auxiliar na tomada de decisões com poder de escolha.

A transição alimentar no Brasil tem sido favorável quando observado do ponto de vista dos problemas associados à subnutrição, pois houve um aumento no consumo de alimentos de origem animal e aumento na quantidade de calorias por pessoa na alimentação, já quando observado no que se refere à obesidade e as demais DCNT a transição alimentar e nutricional no Brasil foi desfavorável, pois houve um aumento na ingestão de gorduras e açúcares e a diminuição na ingestão de frutas, verduras, legumes, leguminosas e cereais, indicando uma evolução do estado nutricional da população brasileira para o aumento de sobrepeso com tendência principalmente entre as crianças em idade escolar, adolescentes e pessoas de classe baixa (BARRETO *et al.*, 2005).

A obesidade infantil é considerada um problema de saúde pública que vem aumentando na população brasileira. Prevenindo a obesidade diminui a ocorrência de doenças crônico-degenerativas, e o melhor local para o desenvolvimento deste trabalho é a escola que juntamente com a família, torna possível as ações de educação nutricional, pois a incorporação desses hábitos se dá na infância (GONÇALVES *et al.*, 2008).

De acordo com Monego e Jardim (2005), a hipertensão arterial e a obesidade é um fator de risco para doença cardiovascular e seu aparecimento se dá devido a fatores desencadeados na infância e fatores ambientais tais como dieta, atividade física e cigarro, ou seja, o aparecimento de doenças cardiovasculares é influenciado nas fases precoces da vida pelo estilo de vida e hábitos pessoais.

Para Sichieri e Souza (2008), os programas de prevenção da obesidade são mais eficazes quando realizados nas escolas e por pessoas dedicadas somente a este propósito, devido o conhecimento sobre a prática educativa nutricional e por poder desenvolver as atividades de intervenção várias vezes durante o ano.

A parceria entre as áreas de Educação e Saúde pode e deve se dar além das questões curriculares e permear todo o cotidiano da vida escola. O ambiente de ensino, ao articular de forma dinâmica alunos e familiares, professores, funcionários e profissionais de saúde, proporciona as condições para desenvolver atividades que reforçam a capacidade da escola de se transformar em um local favorável à convivência saudável, ao desenvolvimento psico-afetivo, ao aprendizado e ao trabalho de todos os envolvidos nesse processo.

Desta forma, considerando a importância da escola como espaço propício à formação de hábitos alimentares saudáveis e a construção da cidadania, foi publicada em 08 de maio de 2006 a Portaria Interministerial nº 1010, que institui as diretrizes para promoção da Alimentação Saudável nas escolas de Educação Infantil, Fundamental e nível Médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. A Portaria, elaborada conjuntamente pelos Ministérios da Saúde e Educação, tem como meta o desenvolvimento de ações que garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar e avaliação de seu impacto a partir de seus efeitos em curto, médio e longo prazo (Cunha *et al.*, 2010).

De acordo com Barreto *et al.* (2005) é inquestionável o potencial do papel educativo da escola e do ambiente familiar (casa) no desenvolvimento de hábitos de vida das crianças e adolescentes.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi possível identificar que, as práticas educativas em saúde nutricional pelo nutricionista dentro do ambiente escolar, em sua maioria, são de transmissão de informação sobre os problemas nutricionais e sobre como prevenir doenças através da educação alimentar nutricional.

É neste cenário de múltiplas concepções e práticas que o nutricionista, por meio do ambiente escolar encontra a possibilidade de descobrir e/ou construir espaços nos quais suas ações sejam efetivamente educativas, estimulando práticas de alimentação saudável e transformando-se em verdadeiro agente de promoção da saúde com base em uma prática pedagógica participativa.

A formação dos hábitos alimentares inicia-se desde a gestação e amamentação e sofre a influência de fatores fisiológicos e ambientais. Durante a infância a criança será exposta a outros fatores que estão associadas com o ambiente no qual essas práticas acontecem e que influenciará nos seus hábitos alimentares.

Os alunos devem ser estimulados a discutir os benefícios e os riscos á saúde de suas escolhas alimentares, pois uma alimentação inadequada pode levar ao surgimento das doenças crônicas não transmissíveis e uma alimentação com qualidade pode prevenir várias doenças, sendo assim, a escola é o espaço ideal para o desenvolvimento de ações voltadas á promoção da alimentação saudável.

13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ana Cristina Tomaz, and Juliana ADB CAMPOS. "Subsídios para a avaliação do estado nutricional de crianças e adolescentes por meio de indicadores antropométricos." *Alimentos e Nutrição Araraquara* 19.2 (2009): 219-225.

BARRETO, Sandhi Maria et al. Análise da estratégia global para alimentação, atividade física e saúde, da Organização Mundial da Saúde. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 14, n. 1, p. 41-68, 2005.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Rev. nutr**, v. 22, n. 5, p. 595-607, 2009.

BEYEA, Suzane C.; NICOLL, Leslie H. **Escrevendo uma Revisão Integrativa**. *Jornal AORN*, v.67, n.4, p.877, abr.1998.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. LEDER, Lídia. Rev. Nutr. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental Nutrition education in the national curricular parameters for elementary schooling, Campinas, 18(5):661-667, set./out., 2005.

BOOG, MCF. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. *Rev. Ciência & saúde*, Porto Alegre, v. 1, n.1, p.33-42, jan./jun. 2008.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado, 1998.

BRASIL - Ministério da Saúde. Política nacional de alimentação e nutrição. 2ª ed. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2003.

BRASIL - Ministério da Saúde. Política nacional de Promoção da Saúde. 3ª edição Série B. Textos Básicos de Saúde Série Pactos pela Saúde 2006, v. 7. Brasília, DF, 2010.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios -- Brasília, DF: CAISAN, 2014.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução n. 32 de 10 de agosto de 2006. **Estabelece critérios para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília: Ministério da Saúde e da Educação; 2006.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral de Saúde de Adolescentes e Jovens**. Documento disponível na Área Técnica de Saúde de Adolescentes e Jovens – ASAJ. 2007.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Saúde do adolescente: competências e habilidades / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.** – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008

_____. Resolução/CD/FNDE N°. 38, DE 16 DE JULHO DE 2009.

_____. MS. MANUAL OPERACIONAL PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO, Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas, 2008.

_____. PORTARIA INTERMINISTERIAL N. 1.143, DE 10 DE JULHO DE 2013.

_____. PORTARIA N 3.146, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

_____. PORTARIA N 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011.

CANINÉ, E. S. RIBEIRO, V. M. B. **A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço-tempo educativo**. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Saúde) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COUTINHO, Janine Giuberti, Patrícia Chaves GENTIL, and Natacha TORAL. "A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição Malnutrition and obesity in Brazil: dealing with the problem through." *Cad. Saúde Pública* 24.Sup 2 (2008): S332-S340.

DA CUNHA, Elisângela; DE SOUSA, Anete Araújo; MACHADO, Neila Maria Viçosa. **A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnóstico para a educação em saúde e nutrição.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(1):39-49, 2010.

DE MELLO, Elza D.; LUFT, Vivian C.; MEYER, Flavia. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes. **J Pediatr (Rio J)**, v. 80, n. 3, p. 173-82, 2004.

DE OLIVEIRA PINHEIRO, Anelise Rizzolo. A alimentação saudável e a promoção da saúde no contexto da segurança alimentar e nutricional. **1. Saúde Pública, Periódico. I. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, CEBES CDD 362.1**, v. 29, n. 70, p. 125-139, 2005.

DOMENE, Semíramis Martins Álvares. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. **Psicologia USP**, v. 19, n. 4, p. 505-517, 2008.

FERREIRA, Vanessa A., MAGALHÃES, Rosana. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(7):1674-1681, jul, 2007.

FOREST, Nilza Aparecida, and Silvio Luiz Indrusiak WEISS. "Cuidar e educar." (2003).

GONÇALVES, F.D. et al. Health promotion in primary school. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.24, p.181-92, jan./mar. 2008.

GOMES, Fabio da Silva; ANJOS, Luiz Antonio dos; VASCONCELLOS, Mauricio Teixeira Leite de. Antropometria como ferramenta de avaliação do estado nutricional coletivo de adolescentes. **Rev. nutr**, v. 23, n. 4, p. 591-605, 2010.

IULIANO, Bianca Assunção. GAMBARDELLA, Ana Maria Dianezi e MANCUSO, Ana Maria Cervato. **Educação nutricional em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos-SP.** *O Mundo da Saúde*, São Paulo: 2009;33(3):264-272.

KRAINOVICH-MILLER, B. Revisão de literatura. In: LOBIONDO-WOOD, G.; HABER, J. Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização. 4ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2001. Cap. 4, p. 53-73.

MAGALHÃES, Vera Cristina. MENDONÇA, Gulnar Azevedo e Silva. Prevalência e fatores associados a sobrepeso e obesidade em adolescentes de 15 a 19 anos das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, 1996 a 1997. 2003.

MALTA, Deborah Carvalho, and Jarbas Barbosa da Silva JR. "O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão." *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 22.1 (2013): 151-164.

MONEGO, Estelamaris T.; JARDIM, P. C. B. V. Determinantes de risco para doenças cardiovasculares em escolares. *Arq Bras Cardiol*, v. 87, n. 1, p. 37-45, 2006.

MORI, Adriana Miyoko, et al. "Avaliação do estado nutricional de escolares como base para a implementação de programas de prevenção da obesidade." *RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento* 1.4 (2007):1.

PEIXINHO, Albaneide, et al. "Alimentação Escolar no Brasil e nos Estados Unidos." *Mundo Saúde* 35.2 (2011): 128-36.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciênc Saúde Coletiva*, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

RAMALHO, Rejane Andréa e SAUNDERS, Cláudia. O PAPEL DA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL A EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS, ano 2000.

RAMOS, Flavia Pascoal, L. A. S. SANTOS, and Amélia Borba Costa REIS. "Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura [Food and nutrition education in school: a literature review]." *Cad Saúde Pública* 29 (2013): 2147-61.

SANT'ANNA, Mônica de Souza L.; PRIORE, Sílvia Eloíza; FRANCESCHINI, Sílvia do Carmo C. Métodos de avaliação da composição corporal em crianças. **Rev. paul. pediatr**, v. 27, n. 3, p. 315-321, 2009.

SANTOS, Lígia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr**, v. 18, n. 5, p. 681-692, 2005.

SANTOS, Lígia Amparo da Silva et al. O nutricionista no programa de alimentação escolar: avaliação de uma experiência de formação a partir de grupos focais. **Rev. nutr**, v. 25, n. 1, p. 107-117, 2012.

SCHMITZ et al ., A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24 Sup 2:S312-S322, 2008.

SICHERI, R. SOUZA R. A. Estratégias para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24 Sup 2:S209-S234, 2008.

TEIXEIRA, S. A. et al., EDUCAÇÃO E SAÚDE: ATIVIDADE EDUCATIVA NA ESCOLA AUGUSTO GOTARDELO EM JUIZ DE FORA. *Em Extensão*, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 144-149, jan. / jun. 2013.

TOLONI, Maysa Helena de Aguiar et al. Alimentação nos primeiros anos de vida: o advento dos alimentos industrializados. **Pediatr. mod**, v. 50, n. 4, 2014.

VALLE, Janaína Mello Nasser, and Marilene Pinheiro EUCLYDES. "A formação dos hábitos alimentares na infância: uma revisão de alguns aspectos abordados na literatura nos últimos dez anos." *Rev APS* 10.1 (2007): 56-65.

VIEIRA GO, SILVA LR, VIEIRA TO, ALMEIDA JAG, CABRAL VA. Hábitos alimentares de crianças menores de 1 ano amamentadas e não-amamentadas. *J Pediatría (Rio J)*. 2004;80:411-6.

YOKOTA, Renata Tiene de Carvalho et al. Projeto "a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis": comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. 2010.